



AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
CNPJ/MF Nº 61.351.532/0001-68
NIRE Nº 35.300.052.463
COMPANHIA ABERTA

COMUNICADO AOS ACIONISTAS

REAPRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO NO ANEXO II – ITEM A

Comunicamos que, nesta data, em razão da **alteração da indicação para composição do Conselho Fiscal**, efetuamos a reapresentação da **PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**, arquivada via sistema IPE em 31.03.2017 Protocolo nº011975IPE280420170104282510-21, RESTANDO ALTERADA A PROPOSTA e o ANEXO II – ITEM A , permanecendo inalterados os demais itens relativos a Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária

São Paulo, 25 de abril de 2017.

Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor de Relação com Investidores



AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
CNPJ/MF Nº 61.351.532/0001-68
NIRE Nº 35.300.052.463
COMPANHIA ABERTA

REAPRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

OBSERVAÇÃO: A PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ESTÁ SENDO REAPRESENTADA NESTA DATA EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO DA INDICAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2017, às 15h00

Em atendimento ao disposto nos artigos 9,10 e 12 da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“Instrução CVM”)

A **AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.** (“Azevedo & Travassos” ou “Companhia”) sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Antonio de Oliveira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.351.532/0001-68, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta categoria “A”, sob o código **11975**, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, vem apresentar a V.Sas. a seguinte Proposta da Administração (Proposta) relativamente às matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia **28 de abril de 2017, às 15h00**, na sede da Companhia (Assembleia Geral), conforme abaixo:

1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária.

- a) **tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal;**

A Administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, conforme divulgadas nesta data.

A Administração esclarece que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações



Financeiras (Controladora e Consolidado), bem como, as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (Controladora e Consolidado), foram arquivadas na CVM nesta data, estão disponíveis para consulta no website da Companhia (www.azevedotravassos.com.br) e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e DCI- Diário Comércio Industria & Serviços” no prazo legal.

b) destinação do resultado do exercício (prejuízo);

A Companhia apurou um prejuízo líquido no exercício de 2016 no valor de R\$ 39.763 mil, a ser levado para prejuízo acumulado.

Demonstrativo da conta de Prejuízo Acumulado, em R\$ mil:

Prejuízo Líquido:	(39.763)
Realização de Reserva de Reavaliação	1.491
Transferência da Reserva Legal	416
Transferência do Lucro Retido	6.291
Prejuízo Acumulado	31.565.

A Companhia informa que em função da apuração de prejuízo no exercício não está obrigada à apresentação do Anexo 9-1 II.

c) instalação do Conselho Fiscal e eleição dos seus membros;

De acordo com o Artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, terá caráter não permanente, somente sendo instalado mediante convocação dos acionistas, será composto de, no mínimo 03 (três) e no máximo 5 (cinco) membros titulares e suplentes, com mandato até a próxima Assembleia Geral Ordinária, competindo a esta a fixação a definição do número de membros.

O acionista controlador indica a reeleição dos candidatos abaixo:

Membros Efetivos:

WALTER RAMOS FILHO
LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES
GENIVAL FRANCISCO DA SILVA

Suplentes:

MARCOS LUIZ VIRGINIO DA CRUZ
JOÃO SEVERINO DA SILVA
JOÃO FRANCISCO DE BIASE WRIGHT.

d) fixação da remuneração dos administradores e conselheiros.

A Administração da Companhia propõe a manutenção do atual limite da remuneração de até de R\$ 2.820.000,00 (dois milhões e oitocentos e vinte mil reais) para, de modo global, atender à remuneração da Diretoria e Conselhos, no período de 01/05/2017 a 30/04/2018.

3. Condições Financeiras e Patrimoniais

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, exigidos pelo item 10 do Formulário de Referência, conforme a Instrução nº 480/09 da Comissão de Valores Mobiliários (Instrução CVM 480), estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo I da presente Proposta.

4. Item 12 do Formulário de Referência

Em cumprimento à ICVM 481/09, o Anexo II contém as informações previstas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência com relação aos candidatos indicados pelo acionista controlador para compor o Conselho Fiscal.

5. Item 13 do Formulário de Referência

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481, as informações indicadas no item 13 Formulário de Referência previsto na Instrução CVM 480, com a redação conferida pela ICVM 552, estão disponíveis para consulta dos Acionistas no Anexo III da presente Proposta.

6. Voto a Distância

De acordo com o artigo 11 da Instrução CVM 561/15, alterada pela Instrução CVM 570/15, a Companhia não está obrigada à adoção do voto a distância neste exercício.¹

São Paulo, 25 de abril de 2017

Azevedo & Travassos S.A.
Abelardo Gomes Parente Junior
Diretor de Relações com Investidores.

¹Art. 11 Os arts. 4º, 6º, 7º e 8º da presente Instrução entram em vigor em 1º de janeiro de 2016, e se aplicam:

I – facultativamente às companhias abertas de que tratam os incisos II e III que optarem por adotar a votação a distância em assembleia no exercício 2016, nos termos da Deliberação da CVM nº 741, 18 de novembro de 2015;

II – obrigatoriamente, em 1º de janeiro de 2017, para aquelas companhias que, na data de publicação da presente Instrução, tenham ao menos uma espécie ou classe de ação de sua emissão compreendida em algum dos seguintes índices gerais representativos de carteira de valores mobiliários:

c) Índice Brasil 100 – IBrX-100; ou

d) Índice Bovespa – IBOVESPA; e

III – obrigatoriamente, em 1º de janeiro de 2018, para as companhias abertas registradas na categoria A e autorizadas por entidade administradora de mercado à negociação de ações em bolsa de valores.

INDICE

1. Anexo I – Comentários dos Diretores Item 10 do Formulário de Referência.....	05
2. Anexo II – Informações Candidatos Conselho Fiscal Item 12 do Formulário de Referência.....	15
3. Anexo III – Remuneração dos Administradores Item 13 do Formulário de Referência	20

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

O patrimônio líquido da ATSA, em 31/12/16, passou para o valor de R\$ 5.867 mil. Adiante tem-se o seu comportamento nos últimos 3 anos:

Anos	R\$ mil
2014	45.171
2015	45.123
2016	5.687

Esta queda foi motivada pelo prejuízo registrado em 2016 no valor de R\$ 39.763 mil. É importante frisar que a Companhia é proprietária de imóveis, contabilizados por R\$ 20.433 mil, cujo valor venal de referência usado para cálculo de ITBI é de R\$ 47.196 mil. Esta diferença, de R\$ 26.763 mil, poderia ser incorporada ao patrimônio se os mesmos fossem registrados pelo valor justo. Tem-se, adicionalmente, uma diferença de R\$ 7.202 mil, referente ao terreno (lote-09), que foi capitalizada na Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário – Projeto III SPE Ltda. pelo valor de R\$ 3.577 mil e que tem Laudo de Avaliação elaborado por perito, por ocasião do requerimento do seu *desarrolamento* no REFIS, no valor de R\$ 10.779 mil, valor este averbado na sua matrícula. Essas diferenças totalizam 33.965 mil.

Estes terrenos localizados na cidade de São Paulo, somam uma área total de 156 mil m². Os débitos fiscais relativos ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS - I no valor de R\$ 44.990 mil (R\$ 44.595 mil em 2015 e R\$ 44.590 mil em 2014), são os passivos mais relevantes da Companhia.

Pelo artigo 14º da Lei nº 9964, de 10/04/2000, que instituiu o REFIS, as suas obrigações decorrentes dos débitos incluídos no programa não serão consideradas na determinação de índices econômicos para licitações públicas e em operações de financiamento junto às instituições financeiras oficiais federais.

Em junho de 2014, a Companhia adequou as parcelas que vinham sendo pagas ao REFIS (1,2% da Receita Bruta), de forma a quitar o débito dentro do prazo máximo de 50 anos, a contar da data da sua adesão a este Programa (31/03/2000), ou seja, até 28/02/2050. O novo critério estabelecido calcula o valor da parcela mensal mediante a divisão do saldo devedor atualizado pela TJLP, pelo número de parcelas restantes naquele mês.

As despesas financeiras de R\$ 2.047 mil (R\$ 1.368 mil em 2015 e R\$ 1.163 mil em 2014), geradas principalmente pelo seu passivo fiscal, incluído no REFIS - I, continuam a impactar o resultado da Companhia sem, no entanto, afetar significativamente o seu fluxo de caixa.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações mesmo considerando o atual cenário do País.

b. estrutura de capital

A Companhia utiliza recursos de terceiros através de contratação de linhas de financiamentos bancários para efetuar adiantamentos de recebíveis oriundos de seus contratos de prestação de serviços, para atender à sua necessidade de capital de giro. A partir de 2015 passou a trabalhar com Cartão de Crédito Corporativo dentro do mesmo propósito. Lucros retidos também foram em exercícios anteriores utilizados para reforço de capital de giro.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 2016, a Companhia e a sua controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda(ATE) passaram a sentir o impacto da crise econômica, com substancial redução das suas receitas e com reflexos nos resultados dos Balancetes de 30/06/16 e de 30/09/16 e no Balanço de 31/12/16, crise esta que afetou a grande maioria das empresas.

A ATSA e a ATE estão, desde o segundo trimestre/16, atravessando uma fase temporária caracterizada pela diminuição da sua Carteira de Obras, uma vez que as obras contratadas estão se encerrando e a reposição normal da Carteira não está acontecendo, uma vez que os contratos de maior vulto deverão acontecer a partir do segundo semestre de 2017.

Tendo em vista o acima exposto, a Companhia e a sua controlada ATE terão dificuldades neste primeiro semestre/17 em cumprir os seus compromissos financeiros.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

No exercício de 2016 a Companhia utilizou linhas de créditos referentes a adiantamento de recebíveis e Cartão de Crédito Corporativo tomado junto ao Banco do Brasil para capital de giro.

A sua Controlada recebeu financiamentos bancários principalmente do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BRADESCO e CCB – China Construction Bank.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

No exercício de 2016 a Companhia não se utilizou de linhas de financiamento para investimentos. Para o exercício de 2016 as necessidades de capital de giro poderão ser atendidas por linhas de financiamento de curto prazo, tais como Cartão de Crédito Corporativo, adiantamento de recebíveis e créditos rotativos, garantidos pelos créditos decorrentes dos próprios contratos de prestação de serviços que vierem a ser celebrados.

Ver itens 10.8 a.i e a.ii.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O principal débito da Companhia refere-se a dívida para com o REFIS - I Federal registrado no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, em 31/12/16 nos montantes de R\$ 1.579 mil e R\$ 43.411 mil, respectivamente, totalizando R\$ 44.990 mil, contra R\$ 44.595 mil verificado no ano anterior de R\$ 44.590 em 2014.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos relevantes.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

A Companhia não possui.

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Não aplicável

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo estas restrições:

A ATSA não possui restrições em relação ao acima citado. Vale, contudo, registrar que sendo optante pelo REFIS, a Companhia possui bens imóveis arrolados no âmbito daquele parcelamento.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Não aplicável.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Em 2016, a receita bruta alcançou o valor de R\$ 4.541 mil (R\$ 29.298 mil em 2015 e R\$ 61.652 mil em 2014), através da prestação de serviços para a Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e da execução de obras para para o DER-SP (etapa final da construção de viaduto).

Este baixo resultado reflete a queda acentuada de faturamento em contratações de obras públicas. Para 2017 a Companhia contará com a receita da obra já contratada com o METRÔ – SP, no valor de R\$ 46 milhões e prazo contratual de 17 meses.

A Receita Financeira, até 31/12/ 16, foi de apenas R\$ 5 mil contra R\$ 133 mil em 2015.

No ano de 2016 não houve receita financeira de pagamentos, pela ATE, de Juros sobre Capital Próprio.

O quadro abaixo mostra o comportamento dos resultados líquidos nos últimos anos:

Resultados Líquidos– ATSA em R\$ mil					
Rubrica / ano	2012	2013	2014	2015	2016
Lucro/Prejuízo Líquido	8.793	7.678	7.075	1.245	(39.763)

O resultado, no período de janeiro a dezembro /16, correspondeu a um prejuízo de R\$ 39.763 mil, ante um lucro líquido de R\$ 1.245 mil em 2015. Este resultado desfavorável deve-se principalmente:

- Equivalência Patrimonial

A expressiva Influência do valor negativo da Equivalência Patrimonial da controlada ATE de R\$ 33.294 mil, contra um valor positivo de R\$ 1.329 mil em 2015.

- Demanda de serviços

Pouca demanda por serviços contratados diretamente pela Companhia.

- Custo obra DER-SP

Custos operacionais incorridos, acima do previsto, para a conclusão da obra do viaduto para o DER – SP, em Cubatão, bem como diferenças de alíquotas do ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB). As providências para ajuizar ação judicial contra o DER-SP, para ressarcimento desses valores pagos a maior, nestes dois casos, estão em andamento.

- Despesas Financeiras

Despesas financeiras no período de R\$ 2.047 mil (R\$ 1.368 mil em 31/12/15).

10.2 RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Ver item 10.1.h.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A redução dos resultados operacionais ocorreu principalmente devido à diminuição dos serviços contratados diretamente pela Companhia com órgãos públicos e pela equivalência patrimonial, além das despesas financeiras do REFIS.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Não aplicável.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

No exercício de 2016, os impactos acima indicados não foram relevantes diante do perfil da empresa.

10.3 EFEITOS RELEVANTES NAS DF'S

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve.

10.4 MUDANÇAS PRÁTICAS CONTÁBEIS E RESSALVAS E ÊNFASES

Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não ocorreram mudanças e nem efeitos significativos.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor:

O Parecer da Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentou ênfases e não ressalvas.

10.5 POLITICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Contingências

Baseado no Relatório dos Advogados a administração aumentou a provisão para contingências de R\$ 2.600 mil em 31/12/15 para R\$ 3.400 mil em 31/12/16.

Prejuízo Fiscal do Imposto de Renda e Base Negativa

a) ATSA

A Companhia possui Prejuízos Fiscais do Imposto de Renda e Base Negativa de Contribuição Social, relativos aos exercícios de 2000 a 2008, no montante de R\$ 73.349 mil, gerando um crédito de R\$ 12.469 mil, para ser compensado com lucros tributáveis futuros. Até 31/12/14, foram utilizados R\$ 4.767 mil desse crédito, restando um saldo de R\$ 7.702 mil. Em 2015 não foi utilizado nenhum valor desse crédito, permanecendo um saldo reconhecido, em 31/12/15, de R\$ 7.702 mil, (R\$ 1.602 mil por conta da provisão de IR e CS sobre a Reavaliação de Imóveis e R\$ 6.100 mil por conta de lucros tributáveis futuros). Em 31/12/16, o crédito fiscal deferido acrescido do prejuízo acumulado no exercício perfaz o montante de R\$ 10.483 mil

b) Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.(ATE)

A controlada ATE tendo acumulado prejuízo no ano de 2016 gerou um crédito de R\$ 17.338 mil para ser compensado com lucro tributável de exercícios futuros.

10.6 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NA DFS'

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não possui ativos, passivos ou compromissos que não tenham sido apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais.

ii. carteira de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os riscos são os inerentes a toda empresa de construção civil em relação às suas obras executadas.

iii. contratos de futura compra de produtos ou serviços

Não há.

iv. contratos de construção não terminada

No exercício de 2016, as obras de término do viaduto para o DER-SP se desenvolveram dentro das condições definidas no contrato firmado com este cliente.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10.7 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS EVIDENCIADOS

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.

10.8 PLANO DE NEGÓCIOS

A Companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA), a controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. (ATE) e suas subsidiárias, na formatação de Sociedades de Propósito Específico, centralizam as suas atuações nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil
- Montagem Eletromecânica
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, devido ao atual cenário de início da retomada de crescimento da economia do País, tendem a demandar serviços em maior escala que necessitarão de empresas com a expertise e a credibilidade do grupo Azevedo & Travassos, uma vez que diversas empresas concorrentes reduziram suas participações no mercado por questões de *Compliance*. Portanto, em linhas gerais, acredita-se que as atividades da Companhia e da sua controlada ATE possuem condições de crescimento, ocupando o espaço aberto neste novo mercado.

No segmento de Construção Pesada, a Companhia continua a participar, de forma muito seletiva, em licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais. A expectativa é que os investimentos deverão se comportar, nos próximos anos, em níveis mais moderados, tendo em vista a queda do crescimento do Brasil e conseqüente diminuição de arrecadação de receitas em todas as esferas governamentais. A perspectiva é de uma recuperação já a partir de 2017.

Segundo o estudo “Infraestrutura Rodoviária no Brasil” elaborado pela Bain&Company, o mínimo necessário para que a malha rodoviária do País alcance um patamar adequado é uma extensão que aumente a densidade para 4,2 km por cada 1 mil km² de território. Hoje, esse valor é de 1,7 km por cada 1 mil km². Para que essa meta seja alcançada, é necessário um investimento de US\$ 300 bilhões por um período de 12 a 15 anos, para viabilizar um projeto que conectaria 22 capitais e cinco fronteiras comerciais, com a construção de 20 mil quilômetros de rodovias (dados divulgados pela CCR/ AUTOBN em nov/16). Este estudo mostra o enorme potencial de obras no segmento de infraestrutura, ramo no qual atua a Azevedo & Travassos S.A.

A controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.(ATE) desenvolve suas atividades nas seguintes áreas:

a) Construção Pesada e Construção Civil

As atividades das empresas concessionárias de rodovias tendem a demandar serviços para o segmento de Construção Pesada.

Também os novos leilões de aeroportos devem trazer boas oportunidades de negócios, com um valor expressivo de investimentos.

A ATE tem condições técnicas de participar ativamente deste mercado.

A empresa atua também no segmento de Construção Industrial que, apesar de estar em ritmo de crescimento inferior ao de anos anteriores, tem recebido, em alguns setores, investimentos privados destinados à ampliação de unidades de produção. Tendo em vista a melhora da expectativa do mercado quanto à recuperação da economia, espera-se a liberação de investimentos que estavam represados por estas empresas. A ATE está empenhada em conquistar novos Clientes e, assim, oferecer maior equilíbrio à sua Carteira de Obras.

b) Construção Pesada e Construção Civil

No segmento de dutos compreendendo gasodutos, oleodutos e minerodutos, dentre outros e no de montagem eletromecânica, onde se concentram as principais atividades da ATE, seus

principais clientes são: Concessionárias de Gás, Indústrias Petroquímicas, Mineradoras e Produtoras e Transportadoras de Combustíveis.

Face à reestruturação do Plano de Investimentos da PETROBRAS, houve uma postergação nas contratações de obras e serviços, situação que, nota-se claramente, está sendo revertida. Para as áreas de atuação da ATE, deverão ocorrer licitações de projetos prioritários que poderão trazer boas oportunidades de negócio.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, a ATE pretende manter a sua atuação junto aos seus Clientes tradicionais, como: BAHIAGÁS, BR DISTRIBUIDORA (Espírito Santo), CEG / GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). A ATE mostra-se preparada e bem posicionada no mercado, tanto técnica como comercialmente, para assumir novos contratos importantes nesta área.

d) Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

c.1. Perfuração Direcional Horizontal

A Divisão de Perfuração continua a executar serviços de perfuração direcional horizontal com sondas próprias e de terceiros, em ritmo menor em relação ao ano anterior, mas com boas expectativas de serviços em função das possibilidades de novas contratações. Esta Divisão, além de contribuir para o aumento de competitividade da ATE no segmento de dutos, está abrindo novas frentes e oportunidades de negócio, inclusive na área marítima (“*off shore*”).

c.2. Perfuração / Completação de Poços

Os serviços de perfuração e completção de poços estão suspensos desde 2012. A ATE poderá retornar a estas atividades, tão logo este segmento se mostre atrativo.

e) Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 100 mil m² em terrenos (sem considerar o lote de 56 mil m², onde está situada a sua sede), na área urbana da cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Companhia o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, realizados através de suas subsidiárias na formatação de SPE - Sociedade de Propósito Específico, visando atender a demanda futura de imóveis para a população de média e baixa renda. Com a melhora das expectativas para a economia, deverá haver uma movimentação positiva desse mercado, inclusive com a procura de interessados nas referidas áreas da Companhia

Principais obras contratadas

A ATE e ATSA assinaram contratos descritos abaixo, que servem como sinalizadores de um início de retomada da normalidade das suas atividades:

- Em julho/16, contrato com a PETROBRAS TRANSPORTE S.A. – TRANSPETRO, para manutenção de tanques no Terminal Madre de Deus, Bahia, no valor de R\$ 60,8 milhões e prazo de 30 meses, com obras já iniciadas e com possibilidade de antecipação de prazo.
- Em dezembro/16, foi contratada com o METRÔ – SP a realização de serviços de urbanização, iluminação e ciclovias entre as estações de Oratório e de São Mateus, no valor de R\$ 46 milhões e prazo de 17 meses, a ser realizado pela ATSA.
- No quarto trimestre/16, foram contratadas obras no valor de R\$ 14,5 milhões com a COMGÁS.

- Em fevereiro/17, foi contratada com METRÔ – SP, a execução de obras civis complementares de acabamento, instalações hidráulicas, comunicação visual, paisagismo e reurbanização em estações de passageiros da Linha 15 – Prata, no valor de R\$ 48,6 milhões e prazo contratual de 17 meses.

A fase temporária caracterizada pela diminuição da Carteira de Obras da ATSA e da ATE, iniciada no segundo trimestre/16 (ver item 1), está em vias de se encerrar no final do segundo trimestre/17.

Esta conclusão está baseada na previsão de receita bruta do Consolidado, tendo como referência as obras já contratadas, e em fase de homologação, para os anos 2017 e 2018, conforme quadro abaixo.

Previsão - Receita Bruta Consolidada - em R\$ 1.000

Área de Negócios	2017	2018
1. Obras contratadas		
- Construção Pesada/ Construção Civil	72.200	22.800
- Montagem Mecânica e Furo Direcional	64.900	288.650
Subtotal (1)	137.100	311.450
2. Obras em fase de homologação		
- Montagem Mecânica e Furo Direcional	48.850	80.700
Subtotal (2)	48.850	80.700
Total (1) + (2)	185.950	392.150

A análise deste quadro mostra que a:

- receita prevista para 2017, de R\$ 185.950 mil, supera em 33 % a do ano de 2016, com uma maior concentração ao longo dos meses do segundo semestre.
- receita estimada para 2018, de R\$ 392.150 mil, é superior a 130% do ano passado.

Estas estimativas refletem a situação em março/2017, sem incorporação de possíveis novos contratos.

Deve-se considerar, nesta análise, os benefícios que trarão:

- a progressiva redução das taxas de juros que estimulará a retomada do crescimento econômico.
- o Programa de Regularização Tributária previsto na Medida Provisória 766 de 04/01/17, que permite diversas formas de quitação de débitos tributários, inclusive com a utilização do Prejuízo Fiscal – IR e Base de Cálculo Negativa – CSLL.

Diante do exposto, apesar das dificuldades enfrentadas em 2016, já se verifica um horizonte promissor para o mercado de Infraestrutura no Brasil, mercado este onde estão inseridas a ATSA e a ATE.

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2015, foram investidos na controlada Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. o valor de R\$ 3.798 mil contra R\$ 4.546 mil em 2014, refletindo a decisão da Diretoria da Companhia em restringir a realização de novos investimentos. Para 2016 estão suspensas aquisições de máquinas e equipamentos, até o momento em que se tenha um melhor cenário das atividades de produção da ATE e da ATSA.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

FINAME, CDC e Leasing, além de recursos próprios, costumam ser as principais fontes de financiamento para a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamentos e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. montante totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Não se aplica.

10.9 OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Sem comentários adicionais.

ANEXO II

ITEM 12 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA (IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)

ELEIÇÃO CONSELHO FISCAL

A. CONSELHO FISCAL - MEMBROS EFETIVOS

1. Nome: **WALTER RAMOS FILHO**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 937.758.148-68
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 29.04.2016
- e. Data da posse: 29.04.2016
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

2. Nome: **LUCIANO NEVES PENTEADO MORAIS**

- a. Profissão: Advogado
- b. CPF: sob nº 076.179.188-44
- c. Cargo eletivo ocupado:
- d. Data de eleição: 29.04.2016
- a. Data da posse: 29.04.2016
- e. Prazo do Mandato: 1 ano
- f. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- g. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

3. Nome: **GENIVAL FRANCISCO DA SILVA**

- b. Profissão: Contador
- c. CPF: sob nº 003.736.268-27
- d. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- e. Data de eleição: 29.04.2016
- f. Data da posse: 29.04.2016
- g. Prazo do Mandato: 1 ano
- h. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- i. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

CONSELHO FISCAL – SUPLENTES

1. Nome: **MARCOS LUIZ VIRGINIO DA CRUZ**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 671.354.988-87,
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 29.04.2016
- e. Data da posse: 29.04.2016
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor: Nenhum
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

2. Nome: **JOÃO SEVERINO DA SILVA**

- a. Profissão: Contador
- b. CPF: sob nº 037.266.907-78
- c. Cargo eletivo ocupado: Membro Suplente do Conselho Fiscal
- d. Data de eleição: 29.04.2016
- e. Data da posse: 29.04.2016
- f. Prazo do Mandato: 1 ano
- g. Outros cargos ou funções exercidas no emissor:
- h. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

3. Nome: **JOÃO FRANCISCO DE BIASE WRIGHT**

- i. Profissão: Engenheiro de Produção
- j. CPF: sob nº 037.266.907-78
- k. Cargo eletivo ocupado:
- l. Data de eleição:
- m. Data da posse:
- n. Prazo do Mandato:
- o. Outros cargos ou funções exercidas no emissor:
- p. Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim

Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal e membros do Comitê de Auditoria Estatutário fornecer:

CONSELHO FISCAL

1. Nome: **WALTER RAMOS FILHO**

a) Currículo

- Técnico em Contabilidade pela Escola do Comércio Álvares Penteado (Turma de 1976)
- Bacharel em Ciências Contábeis pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (Turma de 1981).
- Sócio da Organização Contábil Ramos, desde 1978.
- Membro do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A, desde 2003.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal**
Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**
Não Aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável.

2 . Nome: LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES

a) Currículo

- Bacharel em Direito pela Universidade Mackenzie (1983).
- Bacharel em Administração pela Universidade Mackenzie (1986).
- Advogado inscrito na OAB/SP sob nº 76.828, atuou e como gestor jurídico e de negócios em empresas de capital fechado como BANCO ITAÚ S.A., DURATEX FLORESTAL S.A., CIA. SUZANO DE PAPEL E CELULOSE, LOGOS ENGENHARIA S.A., LOGOS INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA. ARCADIS LOGOS ENERGIA S.A., TRADENERLTDA e J MALUCELLI SEGURADORA S.A., muitas vezes responsável pela avaliação, viabilização, negociação, implantação e gestão de negócios e empreendimentos em geral, bem como de seus produtos derivados. Atualmente, como consultor, presta os mesmos serviços em análises, assessorias e consultorias jurídicas, financeiras, estratégicas e de negócios, com enfoque à área de gestão de riscos na implantação de projetos de infraestrutura ou de grande porte, para diversas empresas do setor produtivo nacional. da Organização Contábil Ramos, desde 1978.

Membro do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A, desde 2014.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal**
Não aplicável
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**
Não Aplicável
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Não Aplicável

3 . Nome: GENIVAL FRANCISCO DA SILVA

a) Currículo

- Formado em Ciências Contábeis e Ciências Atuariais pela PUC SP (1988)
- Pós graduado em Estudos Estratégicos pela USP (1998)
- MBA em Gerência Avançada pela Universidade de Harvard Business School (2001)
- Auditor Junior chegando a Diretor da Ernst & Young (1982 a 1992) - Diretor Adjunto do Banco ABC Roma S.A (ago 1992 a mai 1994) - Diretor Executivo do Banco Fisca S.A (mai 1994 a nov 2007) - Diretor Executivo do Banco Indusval S.A (jan 2008 a fev 2009) - Vice-Presidente do WEB Traffic Inteligência (desde mar 2009) - Suplente do Conselho Fiscal da Azevedo & Travassos S.A em 2013 e membro efetivo a partir de 2014.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não aplicável.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não Aplicável.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não Aplicável.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo:

Conselheiro e Suplentes	Participação em Reuniões - %
WALTER RAMOS FILHO	100
LUCIANO NEVES PENTEADO MORAES	100
GENIVAL FRANCISCO DA SILVA	100
MARCOS LUIZ VIRGINIO DA CRUZ	0
JOÃO SEVERINO DA SILVA	0

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários

12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários

Os Candidatos indicados para o Conselho Fiscal não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau que se enquadrem nos requisitos listados no item 10.9 do Formulário de referência.

Não existe relação de subordinação, prestação de serviço ou de controle entre os Candidatos indicados para o Conselho Fiscal e (1) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, (ii) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia; ou (iii) fornecedor, cliente, devedor ou credor relevante da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO III

ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERENCIA

(IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo da política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal é manter seus profissionais, para que possam contribuir para o desenvolvimento do negócio e pela busca de melhorias constantes.

b. Composição da remuneração indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais, seguindo o padrão de mercado. Os membros do Conselho de Administração que exercem outra função na Companhia não recebem remuneração pelo exercício do cargo de Conselheiro.

DIRETORIA

Os membros da Diretoria recebem salários fixos mensais, seguindo o padrão de mercado. Os salários são diferenciados.

CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal são remunerados pelo valor mínimo legal, correspondendo a 10 % (dez por cento) da média da remuneração dos administradores, não computados benefícios ou gratificações.

ii. **Com relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

A remuneração é fixa na sua integralidade.

iii. **metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

Os valores de reajuste da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária e costumeiramente seguem a variação anual concedida pelo Dissídio/Convenção Coletiva da Categoria preponderante na Companhia.

iv. **razões que justificam a composição da remuneração**

A remuneração composta somente de parcela fixa é justificada pela situação de mercado e capacidade de pagamento da companhia.

v. **a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Os membros do Conselho de Administração e Diretoria que exercem outras funções em sua Controlada, Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., têm sua remuneração suportada integralmente ou parte por essa, objetivando a contenção de despesas.

^{b.} ^{co} **c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não aplicável

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração busca a manutenção dos profissionais na Companhia, totalmente inteirados com seu tipo de negócio.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Um Diretor tem parte de sua remuneração suportada por controlada e um Conselheiro tem sua remuneração suportada pela Controlada.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício 2014	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual				
*Honorários	356.160,00	1.363.739,60	239.136,00	1.959.035,60
*Benefícios Diretos e Indiretos	42.054,00	86.966,00	-	129.020,00
*Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
*Outros				
Remuneração Variável	-	-	-	-
*Bônus				
*participação nos resultados				
*remuneração por participação em reuniões				
*comissões				
*outros				
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações, incluindo opções	-	-	-	-
Total	398.214,00	1.450.705,60	239.136,00	2.088.055,60

Exercício 2015	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual				
*Honorários	387.008,04	1.437.780,87	259.848,05	2.084.636,96
*Benefícios Diretos e Indiretos	44.890,00	91.113,00	-	136.003,00
*Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
*Outros	-	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-	-
*Bônus				
*participação nos resultados				
*remuneração por participação em *reuniões				
*comissões				
*outros				
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
Total	431.898,04	1.528.893, 87	259.848,05	2.220.639,96

Exercício 2016	Conselho Administração	Diretori a	Conselh o Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual				
*Honorários	416.336,60	1.565.498,88	284.305,00	2.266.139,88
*Benefícios Diretos e Indiretos	33.850,00	75.755,00	-	109.605,00
*Remuneração por participação em comitês				
*Outros				
Remuneração Variável	-	-	-	-
*Bônus				
*participação nos resultados				
*remuneração por participação em *reuniões				
*comissões				
*outros				
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
Total	450.186,00	1.641.253,88	284.305,00	2.375.744,88

Exercício 2017 (estimativa)	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	5	14
Número de Membros Remunerados	4	3	5	12
Remuneração Fixa Anual				
*Honorários	437.100	1.644.400	298.500	2.380.000
*Benefícios Diretos e Indiretos	35.500	79.500	-	115.000
*Remuneração por participação em comitês				
*Outros				
Remuneração Variável	-	-	-	-
*Bônus				
*participação nos resultados				
*remuneração por participação em *reuniões				
*comissões				
*outros				
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-
Total	472.600	1.723.900	298.500	2.495.000

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.
A Companhia não tem plano de remuneração variável.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever.
A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de administração e da Diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Não aplicável.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo.

Não aplicável .

13.9. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão.

Órgão	Características dos Títulos	Quantidade de Ações	Mesma Espécie Classe %	Total %
Conselho de Administração	ORDINÁRIAS	360.400	4,00	1,34
	PREFERENCIAIS	429.800	2,39	1,59
Diretoria	ORDINÁRIAS	1.000	0,011	0,004
	PREFERENCIAIS	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	ORDINÁRIAS	0	0,00	0,00
	PREFERENCIAIS	0	0,00	0-,00

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela.

A Companhia não fornece planos de previdência.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria estatutária e ao Conselho Fiscal.

Exercício 2014	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	6	3	5
Número de membros remunerados	4	3	5
Valor da maior remuneração individual	131.094,00	603.228,48	47.827,20
Valor da menor remuneração individual	0	253.038,64	47.827,20
Valor médio da remuneração individual	99.553,50	483.568,67	47.827,20

Exercício 2015	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	6	3	5
Número de membros remunerados	4	3	5
Valor da maior remuneração individual	141.642,01	636.162,02	51.969,61
Valor da menor remuneração individual	0	266.938,83	51.969,61
Valor médio da remuneração individual	107.974,51	509.631,29	51.969,61

Exercício 2016	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	6	3	5
Número de membros remunerados	4	3	5
Valor da maior remuneração individual	137.934,00	679.162,44	55.908,00
Valor da menor remuneração individual	0	290.918,00	55.908,00
Valor médio da remuneração individual	112.546,50	574.084,63	55.908,00

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Não Aplicável

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Conselho de Administração: 25 %

Diretoria: 33,3%

Conselho Fiscal: 0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tal valores foram atribuídos a tais indivíduos

A remuneração de um dos Diretores da Companhia é suportada, na seguinte proporção: 50% pela Controladora (emissora) e 50% pela controlada, Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. A remuneração de um dos Conselheiros é suportada integralmente pela Controlada.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

Não identificamos outras informações relevantes além das já disponibilizadas.